

O CONVIDADO

Falharam! Outra vez...



CARLOS COELHO
Deputado do PSD
ao Parlamento Europeu

A reunião dos ministros da Justiça e da Administração interna, na passada segunda-feira, demonstrou uma vez mais a incapacidade do Conselho

em alcançar uma solução que alivie a pressão sobre os países da linha da frente, como a Grécia ou a Itália. Demonstrou falta de liderança.

Os governos continuam sem perceber que uma solução é inevitável e urgente.

Na passada terça-feira, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, António Guterres recorreu à ironia para desmontar o absurdo: face à emergência, o Conselho anuncia que vai reunir no próximo mês para continuar a debater o problema.

Não podemos permitir que se continuem a suceder reuniões ministeriais sem fim, intercaladas

por cimeiras de chefes de Estado e de governo, até que um consenso seja alcançado ao fim de meses. Chegaremos a alguma solução no Conselho extraordinário que entretanto, face às críticas, foi convocado para o próximo dia 22? Ou será na cimeira ainda sem data? Agosto foi o mês com mais entradas na Europa (mais de 115 mil), só neste ano já entraram mais de meio milhão de pessoas. Vamos esperar que chegue o inverno, que mais mortes aconteçam – desta feita pelo frio – para chegarmos a uma solução?

Quanto à solução, apenas duas estão em cima da mesa: ou um sistema permanente e com quotas obrigatórias, ativado e gerido pela Comissão Europeia sempre que se verificarem crises ou, uma vez mais, um sistema voluntário

ad hoc que está na exclusiva dependência dos Estados membros.

Parece-me claro que precisamos do primeiro, que desligue de agendas mediáticas e paroquialismos a resolução de crises humanitárias. Depois do euro parecer ter dividido o Norte do Sul, agora as migrações parecem dividir o Leste do Oeste europeu. Mas aos que mais beneficiam da solidariedade europeia não fica bem negá-la àqueles que dela precisam desesperadamente.

Em 1951, uma Europa varrida pela guerra viu-se a braços com milhões de pessoas a precisar de refúgio. No âmbito da ONU, decidiu-se impor como obrigatório o acolhimento de refugiados europeus. Esta foi a génese da hoje (quase) universal convenção das Nações Unidas sobre o estatuto

dos refugiados. Por vezes é necessário recorrer à história para que recordemos a humanidade que nos deve guiar no presente e no futuro.

Aos dirigentes políticos e das organizações da sociedade civil exige-se, pois, uma ação liderante. E aí há que reconhecer aqueles que, como Portugal, têm cumprido esse papel. O mesmo se diga da Alemanha. E alguns que, contrafeitos, enaltecem a decisão generosa de Angela Merkel de receber 800 mil refugiados este ano apressaram-se a criticar a decisão de reintroduzir o controlo de fronteiras. Reintroduzir controlos não significa fechar as fronteiras. A Alemanha continua de fronteiras abertas para acolher os refugiados. O efeito dominó que se lhe seguiu mais não foi do que aproveitamento político

por todos os que acham que se podem vetar os parceiros à condição de prisões e milhares de pessoas à miséria. Há uma diferença colossal entre quem reintroduziu controlos de fronteiras por pouco tempo para poder acolher melhor os refugiados e quem recorre a essa medida para fechar fronteiras e sufocar a liberdade de circulação de Schengen. Isso prova outra emergência que alguns nacionalistas persistem em não querer ver: não há nenhum país que sozinho consiga fazer face a este influxo de pessoas. Como o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia têm sublinhado desde o início.

Não são os refugiados que ameaçam Schengen, mas sim os governos europeus com a sua inação.

É essencial agir e agir já.